

Capítulo 8

Práticas e Ações de Responsabilidade Socioambiental de Empresas Carboníferas

DOI: <http://dx.doi.org/10.18616/respon08>

Eduardo Netto Zanette

Sílvia Parodi Oliveira Camilo

INTRODUÇÃO

No cenário de economia globalizada, movida pela lógica do mercado e do lucro imediato, observam-se estratégias que expressam a preocupação das organizações com foco em uma economia diferenciada, mais participativa e engajada, buscando desenvolver práticas sociais e ambientalmente saudáveis. Os conceitos de responsabilidade social corporativa (RSC) e responsabilidade socioambiental emergem na busca para incorporar uma resposta a essas demandas efetivas.

As organizações buscam soluções para crises relacionadas aos novos tempos que se caracterizam por “[...] uma rígida postura dos clientes, voltada à expectativa de interagir com organizações que sejam éticas, com boa imagem institucional no mercado, e que atuem de forma ecologicamente responsável” (TACHIZAWA, 2017, p. 27). Schwartz e Carroll (2007) caracterizam a RSC associada à ética nos negócios, ao gerenciamento de partes interessadas, à sustentabilidade e à cidadania corporativa. Dos cinco constructos citados por Schwartz e Carroll (2007) no âmbito da sociedade e dos negócios, afirmam ser a RSC, provavelmente, o constructo mais usado há mais tempo como estrutura

Voltar ao Sumário

explícita para entender melhor a relação entre negócios e sociedade. Com foco original na redução de impactos sociais negativos, parecia mudar ao longo do tempo para a noção mais geral de “fazer o bem” para a sociedade.

Para Ponchirolli (2014), a RSC não é apenas um conceito, mas também um valor pessoal e coletivo, que reflete nas ações da empresa, tanto de seus dirigentes como de seus funcionários, e a situa em dimensões relacionadas à filantropia e cidadania empresarial. Essas preocupações emergem nos diversos setores econômicos, sociais e políticos, em especial no âmbito das indústrias minerárias, decorrentes de maior rigor da legislação ambiental, da conscientização sobre a importância da prevenção de dano, da recuperação e da proteção do meio ambiente.

Nos municípios onde está inserida, a mineração de carvão, considerada uma atividade econômica importante na matriz energética brasileira, contribui para o desenvolvimento socioeconômico. Considera-se que a RSC e a gestão ambiental das organizações se revelam importantes instrumentos gerenciais para prestarem contribuições à sociedade, atenuando, assim, os impactos decorrentes de suas atividades. Esse contexto motivou o presente estudo, que tem como objetivo analisar as práticas e as ações socioambientais de empresas carboníferas do sul de Santa Catarina (SC) e do Rio Grande do Sul (RS). O referencial teórico abrange a responsabilidade social corporativa e a responsabilidade socioambiental.

RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA

Históricamente, o conceito teórico de RSC data de longo período, mas os escritos a respeito do tema são, em sua maioria, do século XX, segundo Carroll (1999). Na década de 1950, o conceito que se originou nos Estados Unidos e na Europa é oriundo da preocupação dos pesquisadores com as questões éticas que envolviam a relação entre empresa e sociedade na filantropia empresarial (BORGER, 2013).

O Prêmio Nobel de Economia de 1976, Milton Friedman, segundo Ferrell, Fraedrich e Ferrell (2000) representa um dos principais autores que escreveram sobre RSC. Defendia a ideia de que as empresas socialmente responsáveis são aquelas que atendem primeiramente aos interesses de seus acionistas, buscando maximizar seus lucros. Entretanto, Carroll (1979, p.500), argumenta que, na atualidade, o conceito de RSC deve ser ampliado, abrangendo “as expectativas econômica, legal, ética e discricionária que a sociedade tem das organizações em um determinado ponto no tempo”. Reconhece a responsabilidade econômica (ser lucrativa) como fundamental e alicerce para as demais. Mas, além de gerar lucro com suas atividades, na produção e venda de bens e serviços que irão beneficiar os indivíduos dessa sociedade devem ter responsabilidade legal (no cumprimento das leis), responsabilidade ética (ser ética) e responsabilidade filantrópica que situa em ser cidadão (CARROLL, 1991).

A responsabilidade social no mundo dos negócios, segundo Ferrell, Fraedrich e Ferrell (2000), consiste na obrigação da empresa de maximizar seu impacto positivo sobre os *stakeholders* – indivíduos ou grupos que podem afetar ou ser afetados pelos objetivos da organização – e de minimizar o negativo no âmbito interno e externo. Assim, independentemente dos objetivos corporativos, é fundamental considerar os efeitos das ações da empresa sobre terceiros, entender os comportamentos, os valores, o passado e os contextos diversos.

Segundo Tachizawa (2017, p. 68), a RSC “[...] deve expressar compromisso com a adoção e difusão de valores, conduta e procedimentos que induzam e estimulem o contínuo aperfeiçoamento dos processos empresariais [...]”, de forma que promovam “[...] a preservação e melhoria da qualidade de vida da sociedade do ponto de vista ético, social e ambiental”. Ponchirulli (2014) também cita as estratégias organizacionais que caracterizam a RSC, vinculadas às políticas adotadas, aos programas e aos projetos desenvolvidos em favor do bem comum, usualmente na forma de filantropia e cidadania empresarial. Elas têm o intuito de promover o envolvimento mais ativo e participativo dos sujeitos, buscando atender às necessidades dos colaboradores e do público externo.

A filantropia estratégica é a abordagem mais efetiva da filantropia corporativa, porque integra uma perspectiva interna e externa. Nela, são aplicados os mesmos princípios de gestão profissional. Os esforços filantrópicos são alinhados com as principais competências da empresa, utilizando, assim, as suas habilidades únicas para beneficiar a sociedade. São consideradas as expectativas das partes interessadas e do mercado para que a empresa possa se beneficiar do efeito de suas atividades filantrópicas no mercado (BRUCH; WALTER, 2005).

Para Ponchirolli (2014), a dimensão inicial do exercício da responsabilidade social está associada às ações de filantropia, mas não se esgota nela. Nessa dimensão, a característica principal é a generosidade espontânea do empresário, que reflete em doações para entidades assistenciais e filantrópicas. A segunda dimensão do exercício da responsabilidade social está relacionada à cidadania empresarial e às ações sociais diretas com a comunidade. Nesses campos de atuação, as empresas socialmente responsáveis colocam a serviço da comunidade recursos financeiros, produtos, serviços, *know-how* da organização e de seus funcionários.

Assim, as atividades filantrópicas estratégicas devem ser gerenciadas como se fossem atividades-fim. Nela, são aplicados os mesmos princípios de gestão profissional, com planejamento, orçamentos, metas de curto e longo prazo e indicadores de desempenho adequados, além de serem observadas as questões econômicas e éticas (BRUCH; WALTER, 2005).

Os conceitos de ética e responsabilidade social nos negócios, segundo Ferrell, Fraedrich e Ferrell (2000, p. 68), são utilizados muitas vezes como sinônimos, mas as duas expressões têm significados diferentes: “A ética empresarial compreende princípios e padrões que orientam o comportamento no mundo dos negócios”. Para Ponchirolli (2014, p. 41), “[...] a ética nos negócios reflete os hábitos e as escolhas que os administradores fazem no que diz respeito às suas próprias atividades e às do restante da organização”.

Tomando por base as abordagens aqui apresentadas, observam-se enfoques e interpretações do conceito de RSC, que apesar de claro do ponto de

vista cognitivo, tem implicações complexas no que se refere à sua aplicação no dia a dia das atividades de uma empresa.

RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

O desenvolvimento socioambiental, caracterizado por ações ou efeitos relacionados ao processo de crescimento, de evolução, relacionado às condicionantes sociais e ambientais – uma sociedade economicamente viável, socialmente justa e ambientalmente sustentável – situa-se no princípio do desenvolvimento sustentável, que tem como elementos norteadores o crescimento econômico, a preservação ambiental e a equidade social.

No âmbito da legislação brasileira, o primeiro conceito legal de meio ambiente está disposto na Lei nº 6.938/81, que rege a Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA), em seu art. 3º, inciso I, que o define como “[...] o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas” (BRASIL, 1981).

Em 1988, foi promulgada a Constituição da República Federativa do Brasil, atual Carta Magna (BRASIL, 1988). Nela, foram determinadas novas medidas protetivas ao meio ambiente, passando ele a ser um bem tutelado no âmbito do Direito Ambiental.

As transformações e a influência ecológica nos negócios são observáveis de forma crescente e com efeitos econômicos cada vez mais profundos. Para Tachizawa (2017), decisões estratégicas integradas à questão ambiental e ecológica representam significativas vantagens competitivas para as organizações, com possibilidade de redução de custos e incremento nos lucros a médio e longo prazo. Nesse contexto, na contemporaneidade, a gestão ambiental e a responsabilidade social são instrumentos gerenciais importantes para as organizações, qualquer que seja seu segmento econômico.

Segundo Tachizawa (2017), o investimento em gestão ambiental e responsabilidade social é a resposta natural das empresas ao novo cliente, o

consumidor verde e ecologicamente correto. Essa pressão externa que sofrem as empresas para uma melhor qualidade de mercado é representada pelos certificados legais, como, por exemplo, ISO 14000¹ e ISO 14001, que tratam do Sistema de Gestão Ambiental (SGA).

Nesse norte, os fatores sociais e ambientais têm a capacidade de interferir na implantação dos planos de negócios das empresas de mineração que operam no Brasil. Assim, de forma gradativa, internalizam em seus processos decisórios os indicadores que, até então, não faziam parte deles. As empresas do setor têm ampliado a adoção de práticas de gestão com articulação de diferentes aspectos ambientais, econômicos e sociais, tendo em vista o escrutínio de partes interessadas, a evolução do quadro regulatório e a implantação de compromissos corporativos (DIAS; MANCIN; PIOLI, 2013).

Para Schwartz e Carroll (2007), vários quadros complementares parecem estar em competição pela preeminência no campo dos negócios e da sociedade. Citam a prevalência dos cinco quadros: (a) responsabilidade social corporativa; (b) ética nos negócios; (c) gerenciamento de partes interessadas; (d) sustentabilidade; (e) cidadania corporativa. Entretanto, afirmam que as “[...] dificuldades permanecem em entender o que cada constructo realmente significa, ou deveria significar, e como cada um pode se relacionar com os outros” (SCHWARTZ; CARROLL, 2007, p. 149). Assim, considera-se que o conceito de desenvolvimento socioambiental está relacionado à integração entre economia, sociedade e meio ambiente, de forma a obter-se crescimento econômico, com inclusão social e proteção ambiental.

METODOLOGIA DA PESQUISA

A pesquisa se configura como empírica e está amparada por uma abordagem qualitativa, pois parte do pressuposto de que o mundo é enten-

1 ISO 14000 – certificado obtido a partir do cumprimento de um conjunto de normas que determinam as diretrizes de gestão ambiental das empresas. São identificadas por Sistema de Gestão Ambiental (SGA), definido pela ISO (*International Organization for Standardization*).

didado a partir da percepção dos indivíduos inseridos nas situações estudadas. Possibilita ao pesquisador a utilização de estratégias diversas de investigação por meio da interpretação, flexibilização e ampliação de possibilidades de atuação, ao passo que agencia a transformação da realidade classificada empírica em ciência (CRESWELL, 2007).

A fundamentação teórica do estudo se sustenta nas óticas da responsabilidade social corporativa e da responsabilidade socioambiental. Do ponto de vista dos objetivos, a pesquisa se caracteriza como descritiva, pois pretendeu medir ou coletar informações de maneira independente ou conjunta sobre os conceitos ou as variáveis a que se referem. Possibilita expor, sistematicamente, atitudes e relações de um determinado problema.

Utilizou-se de análise documental e entrevistas como técnica de coleta de dados. Do ponto de vista da estratégia da investigação, ela se constitui um estudo de caso envolvendo duas empresas nacionais de capital privado, com destaque na sua área econômica: Carbonífera Catarinense Ltda (CCL) e COPELMI Mineração Ltda (CML). Ambas as empresas divulgam suas práticas socioambientais por meio de seus *websites*. São identificadas na pesquisa, respectivamente, como CARB 1 e CARB 2.

CARACTERIZAÇÃO DA ATIVIDADE MINERÁRIA

As reservas provadas de carvão mineral no mundo (75%) concentram-se em cinco países: Estados Unidos, Rússia, China, Austrália e Índia. As principais ocorrências de carvão mineral no Brasil estão localizadas na Região Sul (90%). Estendem-se desde o estado de São Paulo (0,02%), passando por Paraná (0,32%), Santa Catarina (10,41%) e Rio Grande do Sul (89,25%), que detêm a maioria das reservas nacionais. O carvão utilizado para geração elétrica é o carvão vapor, predominantemente de origem nacional. No Brasil, a capacidade instalada de geração de energia em usinas termelétricas é de 41.628MW, que representa 26,5% de participação na matriz energética brasileira (ARAÚJO, 2018).

Do volume total de reservas brasileiras, o estado do Rio Grande do Sul detém a maior reserva nacional de carvão mineral, que corresponde a 89,25%, de um total de 28,802 milhões de toneladas. A região carbonífera fica na área do Baixo Jacuí. Somente a Jazida de Candiota (RS) possui 38% de todo o carvão nacional (ABCM, 2018). Mas o minério é pobre do ponto de vista energético e não admite beneficiamento nem transporte em função do elevado teor de impurezas. Com isso, sua utilização é feita sem beneficiamento e na boca da mina.

Em Santa Catarina, atualmente, são detentoras da produção de carvão mineral seis empresas carboníferas (SIECESC, 2018). O processo de exploração das jazidas passou de modelo manual para automatizado na década de 1970, com o uso sistemático de explosivos. De forma gradativa, as empresas vêm substituindo os explosivos pelo minerador contínuo, operado por controle remoto. Com isso, permite que as paredes da mina se mantenham uniformes, evitando as quedas de lascas de carvão e reduzindo a presença de trabalhadores em subsolo.

Os avanços tecnológicos, os métodos inovadores e os equipamentos de última geração são utilizados atualmente na mineração de carvão. Oferecem mais segurança aos trabalhadores, com redução no impacto ambiental da atividade mineradora.

ANÁLISE DAS PRÁTICAS E AÇÕES SOCIOAMBIENTAIS DAS EMPRESAS CARBONÍFERAS

A Carbonífera Catarinense Ltda está localizada em Santa Catarina, no município de Lauro Müller e iniciou suas atividades em 1999. Com duas unidades de mineração, é a maior geradora de empregos no município (CCL, 2018). Segundo dados da Confederação Nacional dos Municípios, a soma do PIB de Lauro Müller, em 2006, foi de aproximadamente R\$ 133 milhões, sendo a CCL responsável por cerca de 40% do PIB anual do município.

A COPELMI Mineração Ltda, localizada nos municípios da região do Baixo Jacuí e Candiota, no Rio Grande do Sul, atua na mineração do carvão desde 1998, mas se originou historicamente de outras empresas que datam do início da mineração no Rio Grande do Sul, em 1883 (WITKOWSKI, 2005). Maior mineradora privada de carvão no País, detém 80% do mercado industrial e 18% do total do mercado de carvão mineral nacional. A pesquisa foi desenvolvida na unidade de Butiá, localizada no município de nome, que foi até recentemente a maior unidade extrativista da empresa (CML, 2018).

Buscando conhecer mais acerca das principais práticas e ações que as empresas realizam no âmbito socioambiental, foram verificados os *websites* oficiais das empresas carboníferas, os registros históricos e os relatórios setoriais. Apresentam-se, a seguir, os principais projetos relacionados à RSC e socioambientais, identificados nas empresas CARB 1 e CARB 2, que impactam diretamente nas comunidades onde estão inseridas. Eles foram validados pelos gestores entrevistados e constam nos Quadros 1 e 2.

Na pesquisa, foram entrevistados dois gestores de cada carbonífera, indicados por suas diretorias e nomeados neste estudo entrevistados A1 e A2 da CARB 1 e C1 e C2 da CARB 2. Todos atuam na gestão dos seus respectivos setores. Apresenta-se, neste capítulo, um recorte da análise das entrevistas desenvolvidas com os gestores.

Quadro 1 – Projetos socioambientais e de RSC da CARB 1

Projeto	Objetivo	Participantes	Local
Associação Beneficente Anjos Mineiros.	Confeccionar enxovais de bebês, que são doados após palestras para gestantes em vulnerabilidade social.	Mulheres da comunidade.	Lauro Müller.
Atividades Comunitárias.	Promover campanhas solidárias, participar de eventos socioculturais, de comemorações natalinas e de festas como a de Santa Bárbara, padroeira dos mineiros.	Funcionários da empresa e pessoas da comunidade.	Lauro Müller.

Continua...

**RESPONSABILIDADE SOCIAL
E OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**
Conexões e Diálogos

Continuação.

Projeto	Objetivo	Participantes	Local
Coral Infanto-juvenil Anjos Mineiros.	Promover atividades educativas, culturais e de lazer, o que enriquece seus integrantes.	Crianças da comunidade.	Lauro Müller.
Visitas domiciliares.	Realizar atendimentos individualizados e visitas domiciliares aos colaboradores e seus familiares por acreditar que o apoio da empresa aliado à estrutura familiar é fundamental para mudanças na qualidade de vida das pessoas.	Departamento de Gestão de Pessoas, colaboradores e familiares.	Lauro Müller
Educação Ambiental.	Oportunizar formação continuada em educação ambiental nas escolas e na comunidade.	Funcionários da empresa e comunidade.	Lauro Müller

Fonte: Desenvolvido pelos autores (2019).

Outras ações promovidas pela CARB 1 na comunidade e no seu entorno são citadas: mais de 13.000 mudas de flores/árvores plantadas, mais de 2.000 consultas médias anuais, mais de 200 ações sociais realizadas pelos colaboradores da empresa com o envolvimento do Departamento Médico e do Setor de Segurança do Trabalho, mais de 100 visitas em domicílio anuais, e mais de 140 hectares reflorestados (CCL, 2018).

Quadro 2– Projetos socioambientais e de RSC da CARB 2

Projeto	Objetivo	Participantes	Local
Operação Natal.	Realizar em parceria o recolhimento das cartas enviadas pela comunidade ao Papai Noel, adquirir e encaminhar os presentes.	Parceria com empresas e comunidade	Arroio dos Ratos e Butiá.
Sorrindo para o Futuro.	Disponibilizar um profissional de odontologia para atendimento aos alunos das escolas públicas.	Funcionários e comunidade	B. São José.
Copelmi na Escola.	Incentivar a promoção da educação ambiental nas escolas participantes do projeto e nas comunidades onde estão inseridas, proporcionando uma reflexão acerca dos hábitos ambientais e uma possível mudança de atitudes.	Empresa e Comunidade	Arroio dos Ratos e Butiá.

Continua...

Continuação.

Projeto	Objetivo	Participantes	Local
Projeto Pescar.	Oportunizar aos jovens o convívio com a realidade de uma organização, com o intuito de possibilitar uma formação profissional e um crescimento como cidadãos.	Empresa e jovens da comunidade	Arroio dos Ratos e Butiá.
Museu Estadual do Carvão.	Contribuir para o acervo desse espaço cultural do museu através da doação de objetos com relevância histórica.	Empresa	Arroio dos Ratos.
Doações e Parcerias.	Investir na comunidade local, em projetos coerentes e com enfoque social, com doações mensais para programas, fundações e associações da região.	Empresa e comunidade	Arroio dos Ratos e Butiá.
Programa de Palestras de Educação Ambiental.	Promover a Educação Ambiental por meio de palestras de conscientização em escolas da região e do gerenciamento de resíduos; promover visitas guiadas na empresa; promover recuperação de áreas mineradas e incentivo ao plantio de mudas.	Empresa e comunidade	Arroio dos Ratos e Butiá.

Fonte: Desenvolvido pelos autores (2019).

Verificou-se que, na percepção dos entrevistados, a gestão ambiental e a responsabilidade social são importantes instrumentos de gerenciamento e competitividade nas duas empresas. “A questão ambiental para nós é muito forte! Esse é um dos tópicos que está dentro dos nossos valores. Nós, colaboradores, temos que estar conscientes sobre este tema e mostrar o mesmo para a comunidade” (Entrevistado A1). Certificada pela NBR ISO 14.001 desde 2005, a empresa CARB 1 é auditada anualmente, mantendo o compromisso com a melhoria contínua do Sistema de Gestão Ambiental, “[...] que abrange todo o complexo produtivo, desde a extração do carvão, passando pelo beneficiamento, até o seu transporte ao cliente final” (CCL, 2018, p. 1). Para o entrevistado C1 da CARB 2, a questão ambiental também é prioridade, no âmbito da prevenção e da recuperação das áreas mineradas, viabilizando seu uso futuro. Citou os estudos prévios de impacto ambiental (EIA) e o respectivo relatório de impacto ambiental (RIMA) para licenciamento ambiental no Rio Grande do Sul, desenvolvido pela empresa. Com o fechamento da mina e,

consequentemente, a recuperação das áreas mineradas, a empresa oportuniza o uso futuro desses espaços. “Hoje, nestes locais, tem fazendas com plantação de soja, pecuária” (Entrevistado C1).

Na política de gestão ambiental da CARB 2, que integra saúde e segurança do trabalho, também constam, entre outros objetivos, a identificação e o controle dos aspectos ambientais, com minimização dos impactos associados à atividade econômica e à recuperação ambiental das áreas mineradas. Também é certificada pela NBR ISO 14.001, que chancela o compromisso ambiental da empresa (CML, 2018). Na CARB 1, em relação à saúde dos trabalhadores e da comunidade, além de atender às normas de segurança do trabalho, a empresa tem “[...] um departamento médico bem atuante que dá suporte para todos os funcionários da empresa, inclusive aos terceiros” (Entrevistado A2). Além disso, “[...] são realizadas diversas campanhas como o outubro rosa, novembro azul, dezembro vermelho” (Entrevistado A2).

No âmbito da formação continuada, A2 citou que, na CARB 1, a capacitação dos funcionários tem relação direta com o incentivo por meio de bolsas para estudos, promoção de cursos internos da empresa – treinamentos, estágios internos e externos. Na CARB 2, a empresa investe “[...] de forma esporádica ou quando um funcionário vem com alguma demanda de curso e formação” (Entrevistado C1). Não há um programa relacionado a bolsas de estudos. Entretanto, ações pontuais de capacitação ocorrem quando há necessidades na empresa e interesse do funcionário, que busca na empresa o apoio.

Questionados sobre a interação das empresas com a comunidade na qual está inserida, os gestores das duas carboníferas afirmaram que elas interagem de forma efetiva nas comunidades. Como cita Ponchirolli (2014), as interações das empresas com as comunidades se caracterizam uma expressão da visibilidade da responsabilidade socioambiental dessas empresas. Sobre a forma como ocorre o processo de interação da empresa com a comunidade, emergiram situações diversas relacionadas à promoção de projetos e/ou de ações sociais pontuais em sua maioria. Na CARB 1, as ações estão relacionadas à promoção e manutenção de projetos e atividades pontuais de interesse da

comunidade: palestras, educação ambiental, doações, entre outros. Na CARB 2, a empresa “[...] interage na forma de doações, treinamentos, palestras, reuniões com a comunidade, explicando os processos da mina... Não existe um compromisso mensal. Vem a demanda e nós ajudamos” (Entrevistado C1). Desde ajuda em colégios, bancos de sangue, hospital, delegacia, entre outros, a partir da demanda dos pedidos (Entrevistado C1).

A justificativa para a manutenção desses projetos corrobora a preocupação das empresas na execução de ações que visam ao bem-estar dos funcionários e de seus familiares, que se caracterizam em objetivos das ações. A CARB 1, segundo o entrevistado A1, desenvolve a atividade minerária em uma comunidade pequena na qual reside grande parte de seus funcionários. Assim, a manutenção do coral infantil, citando como exemplo, busca envolver os filhos dos moradores da comunidade, que participam dos ensaios, dos festivais de dança, das missas mensais, entre outras. As ações de filantropia se estendem também no auxílio à APAE, nas campanhas beneficentes, na distribuição de cestas básicas e na doação de leite (mensal) pelos funcionários. Da mesma forma, a CARB 2 desenvolve ações relacionadas à filantropia e ações sociais nas diversas unidades de mineração. Uma das ações pontuais ocorre em forma de doação de alimentos (cesta básica) ou de recurso financeiro (Entrevistado C1).

Na análise do conteúdo das entrevistas com os gestores das empresas, verificou-se que as ações e os projetos relacionados às práticas socioambientais desenvolvidas por elas se relacionam fortemente com ações de filantropia que representam a dimensão inicial do exercício da responsabilidade social. Como citam Schwartz e Carroll (2007), a RSC, que originalmente focava a redução de impactos sociais negativos, ao longo do tempo, situa-se na noção mais geral de “fazer o bem” para a sociedade. A característica principal da filantropia é a generosidade espontânea do empresário em doações para entidades assistenciais e filantrópicas, como cita Ponchirolli (2014). Entretanto, emergem também elementos da segunda dimensão, que se relacionam com as ações sociais diretas com a comunidade, as quais compõem a segunda dimensão do exercício da responsabilidade social. Nesta dimensão, as empresas disponibilizam à

comunidade os recursos financeiros, os produtos e os serviços da organização e de seus funcionários.

O que motiva as empresas a interagir com a comunidade, na percepção dos gestores, relaciona-se ao histórico de ações sociais e filantropia dos acionistas na CARB 1 e na preocupação com a boa imagem da empresa na comunidade na CARB 2. Entretanto, no decorrer das entrevistas, emergiram situações similares relatadas pelos gestores das duas empresas. A maioria das empresas vê a filantropia corporativa como um meio para melhor se posicionar dentro de seu ambiente competitivo para a melhoria da sua reputação a fim de estimular a demanda do cliente por seus produtos e serviços para melhorar a sua capacidade de atrair e reter funcionários qualificados ou desfrutar de um controle público e regulamentar diminuído (BRUSCH; WALTER, 2005).

A busca estratégica por um melhor desempenho das empresas, a preocupação com o desenvolvimento dos municípios onde estão inseridas, além das ações sociais e filantrópicas emergiram na justificativa sobre o objetivo das empresas na adoção dessas boas práticas, as quais foram citadas pelos entrevistados A1 e C1. O objetivo das ações na comunidade “[...] é ter uma boa relação entre vizinhos. É não ter uma imagem negativa junto ao município” (Entrevistado C1). Para o entrevistado C1, sem as ações socioambientais, a empresa teria dificuldade de desenvolver suas atividades econômicas na região, que ocorrem pela boa aceitação da comunidade e pelos benefícios concedidos aos funcionários.

São motivações não tão facilmente tangíveis que podem ser expressas na preocupação com a reputação, legitimidade, imagem e licença social para operar. Nesse contexto, a ética empresarial citada por Ferrell, Fraedrich e Ferrell (2000), que compreende os princípios e padrões, orienta o comportamento dos gestores das empresas no âmbito da RSC e socioambiental.

CONCLUSÃO

O presente trabalho buscou como objetivo geral analisar práticas e ações socioambientais de empresas carboníferas do sul de Santa Catarina (SC) e do Rio Grande do Sul (RS) a partir dos constructos teóricos da Responsabilidade Social Corporativa e do Desenvolvimento Socioambiental. Na consulta aos dados constantes dos *websites* das empresas investigadas – Carbonífera Catarinense Ltda, localizada em Santa Catarina, e COPELMI Mineração Ltda, localizada no Rio Grande do Sul – e durante a realização das entrevistas com os gestores das duas empresas, observou-se que as principais práticas realizadas ocorrem na esfera social e estão associadas diretamente com a região em que as minas estavam instaladas. Vislumbrou-se, também, que o setor da extração de carvão mineral, historicamente, possuiu e ainda possui grande importância para o desenvolvimento da região sul do Brasil, mantendo-se como importante segmento econômico regional.

No que diz respeito às questões de pesquisa do estudo, observou-se que as ações socioambientais realizadas pelas carboníferas são de natureza filantrópica e estão fortemente relacionadas aos valores pessoais e às crenças de seus gestores. Conclui-se que os principais fatores determinantes para a realização de ações socioambientais por parte das empresas carboníferas estão associados à boa imagem das empresas e ao desenvolvimento da comunidade onde as unidades produtivas estão inseridas. As ações realizadas pelas carboníferas apresentam estratégias para melhorar a imagem da empresa perante a comunidade, buscando um retorno do capital investido.

Os movimentos relacionados à filantropia e à capacitação dos sujeitos envolvidos na comunidade visando ao desenvolvimento pessoal, profissional e da comunidade estão interligados à RSC. Entretanto, a presente pesquisa também revelou que o nível de comprometimento entre as carboníferas e a comunidade onde estão inseridas demonstrou-se limitado à disponibilidade da empresa e não às necessidades da comunidade.

As evidências do desenvolvimento socioambiental emergiram nas percepções dos gestores das empresas sobre a melhoria da qualidade do ambiente de vida nas empresas e nas comunidades. As ações citadas pelos gestores caracterizam a responsabilidade de cada empresa com a comunidade e o meio ambiente. Elas devem ir além das obrigações legais e econômicas, de forma a promover o desenvolvimento nas regiões onde ocorrer. Entretanto, mesmo observando que as ações sociais e ambientais contribuem para a busca de soluções de problemáticas socioambientais, elas ainda são pontuais e isoladas, necessitando de reflexões mais aprofundadas para mudanças efetivas.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, L. P. O. Carvão Mineral. Sumário Mineral 2016 – DNPM-RS. *In*: BRASIL. Departamento Nacional de Produção Mineral. **Sumário Mineral 2016**. Brasília: DNPM, 2018, p. 38-39.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CARVÃO MINERAL - ABCM. **A História do Carvão no Brasil**. 2018. Disponível em: encurtador.com.br/xOTX4. Acesso em: 9 set. 2018.

BORGER, F. G. Responsabilidade social empresarial e sustentabilidade para a gestão empresarial. **Instituto Ethos**, 2013. Disponível em: <https://www.ethos.org.br/cedoc/responsabilidade-social-empresarial-e-sustentabilidade-para-a-gestao-empresarial/>. Acesso em: set. 2021.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: encurtador.com.br/knoG9. Acesso: 01 jun. 2018.

BRASIL. Lei nº 6.938/81, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. **Diário Oficial**. Brasília, DF, 02 set. 1981.

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6938.htm. Acesso: 12 nov. 2018.

BRUCH, H.; WALTER, F. The Keys to Rethinking Corporate Philanthropy. *In: MIT Sloan Management Review*, St. Gallen, v. 47, n. 1, p. 49-55, 2005. Disponível em: encurtador.com.br/bsEF8. Acesso em: 12 nov. 2018.

CARBONÍFERA CATARINENSE LTDA - CCL. **Responsabilidade Social**. 2018. Disponível em: <http://www.carboniferacatarinense.com.br/>. Acesso em: 02 dez. 2018.

CARROLL, A. B. A Three-Dimensional Conceptual Model of Corporate Performance. *Academy of Management Review*, [s.l.], v. 4, n. 4, p. 497-505, oct. 1979.

CARROLL, A. B. Corporate social responsibility: Evolution of a definition-al construct. *Business & Society*, [s.l.], v. 38, n. 3, p. 268-295, sept. 1999. Disponível em: encurtador.com.br/muY35. Acesso em: 19 jun. 2018.

CARROLL, A. B. The Pyramid of Corporate Social Responsibility: Toward the Moral Management of Organizational Stakeholders. *Business Horizons*, [s.l.], v. 34, n. 4, p. 39-48. jul./aug. 1991.

COPLMI MINERAÇÃO LTDA - CML. **Sustentabilidade**. 2018. Disponível em: <http://www.carboniferacatarinense.com.br/>. Acesso em: 14 dez. 2018.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Trad. De Luciana de Oliveira da Rocha. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007. 248 p.

DIAS, C. F. S.; MANCIN, R. C.; PIOLI, M. S. M. B. (Orgs.). **Gestão para a sustentabilidade na mineração: 20 anos de história**. 1. ed. Brasília: IBRAM, 2013.

FERRELL, O. C.; FRAEDRICH, J.; FERRELL, L. **Ética empresarial: dilemas, tomadas de decisões e casos**. Rio de Janeiro: Reichmann & Affonso, 2000.

PONCHIROLLI, O. **Ética e responsabilidade social empresarial**. 6. ed. Curitiba: Juruá Editora, 2014.

SCHWARTZ, M. S.; CARROLL, A. B. Integrating and unifying competing and complementary frameworks: The search for a common core in the business and society field. **Business & Society**, [s.l.], p.148-186, 2007.

SINDICATO DA INDÚSTRIA DE EXTRAÇÃO DE CARVÃO DO ESTADO DE SANTA CATARINA - SIECESC. **Carvão Mineral: Dados Estatísticos – Ano: 2017**. Criciúma, 2018. Disponível em: http://www.siecesc.com.br/dados_estatisticos. Acesso em: 15 out. 2018.

TACHIZAWA, T. **Gestão socioambiental e Responsabilidade Social Corporativa: estratégias de negócios focados na realidade brasileira**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

WITKOWSKI, A. A fundação do “Sindicato dos Mineiros” de Butiá. **Cadernos FAPA**, Porto Alegre, n. 2, 2º sem. 2005.